

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Data: 02/04/2006

Ponto sorteado: nº 07

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

Em determinado Município fluminense com mais de duzentos mil eleitores, um servidor público efetivo foi demitido pelo Prefeito por motivos exclusivamente raciais sem processo administrativo.

Sem requerer medida liminar, o servidor público impetrou mandado de segurança perante o Juízo de Direito com competência para as matérias de interesse do Município. O Prefeito prestou Informações argumentando que:

a) preliminarmente, a competência originária para processo e julgamento do mandado de segurança era de uma das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça por força de dispositivo da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

b) no mérito, a Lei Orgânica do Município não garantia expressamente o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Analise a preliminar e o mérito, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro pode permitir a reeleição de membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa? Pode determinar que a votação para a cassação de mandato de Deputado Estadual seja aberta?

Na hipótese de a Carta fluminense permitir a reeleição de membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, pode a Lei Orgânica proibir tal reeleição para os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Data: 02/04/2006

Ponto sorteado: nº 07

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

Iniciado processo de execução por quantia certa contra o Instituto de Proteção Social, autarquia federal, o exeqüente requer a citação da executada para efetuar o devido pagamento no prazo legal e a penhora de bens, no caso de não ser aquela providência adotada tempestivamente.

O juiz defere a citação, mas indefere o pedido subsequente de penhora. O exeqüente, então, recorre dessa decisão indeferitória.

Indaga-se:

- a) Merece provimento o recurso do exeqüente?
- b) Foi acertada a decisão que determinou a citação da autarquia?
- c) Podem Municípios instituir autarquias?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

Conclusos os autos de determinada ação à apreciação do respectivo juiz, este retarda, sem dolo, mas sem justo motivo, a prolação da necessária decisão, fato que acarreta prejuízos a uma das partes.

- a) Comprovados tais prejuízos, tem a parte prejudicada direito à indenização em demanda proposta em face do Estado?
- b) Nessa hipótese, teria o Estado direito de regresso contra o juiz para o efeito de ressarcimento do que foi obrigado a indenizar?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Data: 02/04/2006

Ponto sorteado: nº 07

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 60 pontos

Procurador do Trabalho, ao ter conhecimento de que procedimento investigatório com idêntico objeto ao seu (contratação temporária irregular pela Administração Pública Municipal) tramita junto ao Ministério Público Estadual, oficia solicitando lhe sejam remetidos os autos, levando em especial consideração que, no mês anterior, o Promotor de Justiça Titular do órgão de execução destinatário de seu ofício já declinara em seu favor procedimento similar, cujo objeto se atinha à contratação de servidores sem concurso público por aquela mesma Administração Pública.

Ocorre que, estando aquele Promotor de Justiça Titular de férias, Promotor Substituto, ainda não vitaliciado, a despeito de entendimento externado pela Chefia Institucional em sentido diverso em dúvida similar (sobre terceirização da atividade-fim da Administração), firma, ao revés, sua própria atribuição para promover o caso. O Procurador do Trabalho suscita, então, conflito positivo de atribuição perante o Procurador-Geral do Trabalho, que, por sua vez, sem colher qualquer manifestação do Procurador-Geral de Justiça, suscita conflito de atribuição entre os Ministérios Públicos do Trabalho e do Estado, remetendo os autos ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

Discorra sobre os seguintes pontos:

a) A atribuição do Ministério Público Estadual para promover procedimentos investigatórios pertinentes à contratação temporária irregular, à contratação de servidores sem concurso público e à terceirização da atividade-fim da Administração Pública Municipal, inclusive quanto à improbidade administrativa;

b) Caso se tratasse de ato de improbidade praticado em detrimento de sociedade de economia mista federal por agente desta, caberia ainda assim a um destes Ministérios Públicos (Estadual ou do Trabalho) a atribuição para promoção do caso?

c) O Conflito de atribuição entre os Ministérios Públicos Estadual e Obreiro. Possibilidade de o Promotor de Justiça Substituto contrastar posição do Titular e de sua Chefia Institucional. Papel do Conselho Nacional do Ministério Público quanto a tal conflito. Órgãos suscitante, suscitado e ao qual deve ser dirigido. Necessidade de manifestação da Chefia de cada instituição envolvida.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 40 pontos

A Promotoria de Justiça Única da Comarca de Paraty, ao receber notícia sobre suposta violação a direito do idoso domiciliado na localidade, dada sua natureza transindividual, imediatamente a encaminha à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Angra dos Reis, que, por sua vez, por entender ser do órgão ministerial congênere de Volta Redonda a atribuição para o caso, por ser a entidade assistencial apta a acolher o idoso sediada nesta cidade, promove o arquivamento do mesmo junto ao Conselho Superior do Ministério Público, pugnano pelo subsequente reencaminhamento àquele último órgão de execução.

Ao ser apreciada a matéria pelo colegiado, foi decidida mediante voto de qualidade, proferido por membro mais novo, Promotor de Justiça, que, embora externando sua inconformidade com a via eleita, curvara-se ao já decidido em casos similares pelo mesmo colegiado, no sentido de ser acolhida a manifestação, fazendo-se a pertinente remessa dos autos.

Recebido ulteriormente o inquérito por Promotor de Justiça Substituto em exercício junto ao órgão de Tutela Coletiva do Núcleo de Volta Redonda, recém-ingresso na carreira e ainda não vitaliciado, este, todavia, discordando ser sua a atribuição para tal procedimento, por entrever apenas lesão a direito individual indisponível de idoso em situação de risco, deseja rebelar-se **administrativamente** contra o decidido, mesmo constando dos autos certidão de preclusão administrativa da decisão do Conselho, diante de pretérita publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial.

a) Emita o pronunciamento pertinente, como Promotor de Justiça Substituto, **dispensada a elaboração de peça**, indicando o órgão administrativo destinatário e aquele de execução com atribuição para promover o caso, considerando a tempestividade de sua manifestação, a eficácia da decisão do colegiado e suscitando, inclusive, as razões de validade ou invalidade do voto de desempate.

b) Após definitivamente decidida a questão no âmbito do Ministério Público, pode o Conselho Nacional do Ministério Público rever o posicionamento eventualmente adotado?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

Data: 19/03/2006

Ponto sorteado: nº 03

DIREITO PENAL

1ª Questão: Direito Penal - Valor: 70 pontos

JOÃO, rapaz de 21 anos de idade que apresenta sérias dificuldades em seus relacionamentos afetivos, acompanhava diariamente no bairro onde reside o passear gracioso de **JANAÍNA**, moça recatada, com 12 anos de idade, virgem, porém com atributos físicos que poderiam induzir dúvida quanto a ser ou não alguns anos mais velha do que realmente é. Após algum tempo, **JOÃO** passou a nutrir intenso desejo sexual pela jovem.

Certa feita, **JOÃO** abordou **JANAÍNA** na saída da escola em que esta estudava e, após animada conversa, combinou com ela encontrarem-se outras vezes, iniciando, assim, um namoro. Ganhando gradativamente a confiança de **JANAÍNA**, cerca de dois meses após o início do namoro e depois de muita insistência, **JOÃO** finalmente conseguiu manter conjunção carnal com a mesma.

Por ter ficado decepcionada com a realização do ato sexual, que lhe causara dor, mas nenhum prazer, e arrependida de ter perdido sua virgindade de forma tão precipitada, **JANAÍNA** terminou o relacionamento com **JOÃO** e tomou aversão a qualquer prática sexual, passando, desde então, a adotar postura ainda mais recatada.

JOÃO, inconformado com o término do relacionamento, passou a procurar insistentemente **JANAÍNA**, com propostas libidinosas que foram sistemática e enfaticamente recusadas pela jovem. Passados 45 dias do término do namoro, **JOÃO** abordou **JANAÍNA** numa rua deserta, quando esta retornava, por volta das 23 h., da residência de uma amiga e, após desferir-lhe tapas e socos obrigou-a a entrar em seu automóvel e dirigiu até um local ermo, onde, novamente com emprego de violência física, constrangeu a vítima à prática de sexo oral. Alguns minutos após ejacular e ainda insaciado seu desejo, **JOÃO**, sempre usando violência física, manteve conjunção carnal com **JANAÍNA**, deixando a mesma no local logo após os fatos.

Após ter sido cumprida a formalidade a que alude o art. 225 § 1º, I e § 2º, do Código Penal, com o oferecimento de representação pelos pais de **JANAÍNA**, em virtude de não poderem arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do sustento da família, **JOÃO** foi denunciado pelo órgão do Ministério Público em razão dos fatos acima narrados e, após regular processo, onde os mesmos restaram integralmente comprovados, foi condenado como incurso nas penas dos **arts. 213 c/c 224 "a", 213, caput, e 214, caput, na forma do art. 69, todos do Código Penal.**

Na fixação das penas, em relação a todos os delitos foi aplicada a causa de aumento prevista no art. 9º da Lei 8072/90, bem como fixado o regime integralmente fechado para o cumprimento da sanção.

Tomando ciência da sentença, o nobre Defensor Público interpôs tempestivo recurso de apelação e, nas respectivas razões, postulou junto ao Tribunal de Justiça, a reforma do *decisum* pelos seguintes fundamentos:

a) O réu deve ser absolvido em relação à imputação do art. 213, c/c 224, "a", do Código Penal, diante da ocorrência de erro de tipo, o que afastaria a presunção de violência;

b) caso mantida a condenação por infração ao art. 213, c/c 224, "a", do Código Penal, que seja afastada a aplicação da majorante prevista no art. 9º, da Lei 8072/90, com a conseqüente redução da pena, já que a situação invocada pelo dispositivo da lei especial teria sido utilizada para fins de definição da presunção de violência, o que geraria um intolerável *bis in idem*;

c) o afastamento da imputação do art. 214, *caput*, do Código Penal já que este delito teria servido tão somente como meio para a realização do crime-fim (estupro), ficando pelo mesmo absorvido, inexistindo, pois, o concurso material de crimes de atentado violento ao pudor e estupro;

d) se mantidas as condenações, o afastamento da majorante do art. 9º também em relação às imputações dos arts. 213, *caput* e 214, *caput*, do Código Penal, com a conseqüente redução da sanção, já que o dispositivo em comento somente poderia ser aplicado às formas qualificadas dos delitos (art 223, parágrafo único, do Código Penal), mas não às formas simples imputadas pela acusação;

e) caso mantida a condenação por todos os crimes, deve ser reconhecida a continuidade delitiva, afastando-se o concurso material, com a conseqüente redução da pena imposta;

f) caso mantida a condenação, a fixação do regime inicialmente fechado para cumprimento da pena, em virtude da recente decisão proferida pelo Excelso Pretório no HC 82.959-7/SP, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º da Lei 8072/90, por tal regra violar o princípio da individualização da pena.

Na qualidade de Promotor de Justiça, ofereça Contra-Razões ao recurso da Defensoria Pública, dispensada a elaboração de relatório.

Obs. O CANDIDATO NÃO DEVERÁ ASSINAR A PEÇA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.

2ª Questão: **Direito Penal - Valor: 30 pontos**

Em que hipóteses e por quais razões é cabível a exceção da verdade nos crimes contra a honra? Uma vez julgada procedente a exceção da verdade, qual o fundamento da absolvição do Querelado/Acusado ?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

Data: 19/03/2006

Ponto sorteado: nº 03

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão: Direito Processual Penal - Valor: 70 pontos

O Ministério Público, através de indícios coligidos em conversas realizadas em "sala de bate papo" da *internet*, deu início a uma ampla investigação para o desbaratamento de uma associação criminosa, organizada e especializada em tráfico de drogas, o que acarretou a prisão temporária de sete indivíduos. Graças, também, à interceptação de correspondência epistolar de interno de uma unidade carcerária, realizada pela própria administração penitenciária, foi possível, durante o prazo de vigência da prisão temporária, a prisão em flagrante - retardada propositadamente pela polícia por cinco dias - do chefe do bando e de mais dois comparsas, apreendendo-se, na casa em que se encontravam, cinco quilos de cocaína e dez armas de fogo. Unificados os procedimentos investigatórios e devidamente concluídos, foi oferecida denúncia contra os indiciados, recebida pelo Juiz criminal competente. A defesa impetra, então, *habeas corpus*, sustentando a nulidade de todo o procedimento investigatório destacando a ilicitude e ilegitimidade da prova e a preparação do flagrante pela polícia e requerendo, assim, o trancamento da ação penal, por ausência de justa causa. Opine sobre a questão

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Processual Penal - Valor: 30 pontos

Um Juiz de Direito do Estado da Bahia e seu motorista praticaram, na cidade do Rio de Janeiro, crime de lesão corporal de natureza leve. Qual o Tribunal competente para processar e julgar o magistrado? O motorista será julgado pelo mesmo Tribunal?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO TRIBUTÁRIO
E DIREITO ELEITORAL**

Data: 09/04/2006

Ponto sorteado: nº 02

DIREITO EMPRESARIAL

1ª Questão: Direito Empresarial - Valor: 60 pontos

Com o novo sistema de insolvência empresarial, no bojo da decisão de quebra, o Juízo deve se manifestar acerca do lacre do estabelecimento do falido ou deferir a continuação provisória das atividades do empresário. Sob a égide do D.L. 7661/45, a continuação das atividades era dirigida ao falido que, após a fase inicial da falência, poderia impetrar concordata suspensiva, impedindo a alienação do ativo e reassumindo a atividade. Hoje, não há mais a possibilidade de recuperação da empresa ao longo do processo de falência para que o empresário falido reassuma a atividade. Ante o exposto e à luz dos pressupostos que regem a nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, indique o candidato se entende pertinente a manutenção da possibilidade do deferimento de continuação da atividade do empresário falido e, em caso positivo, em que hipóteses concretas será útil o seu deferimento.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Empresarial - Valor: 40 pontos

Quais as conseqüências do contrato de trespasse em relação ao passivo do trespasante?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO TRIBUTÁRIO
E DIREITO ELEITORAL

Data: 09/04/2006

Ponto sorteado: nº 02

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão: Direito Tributário - Valor: 50 pontos

Considerando o fenômeno econômico da repercussão tributária, responda o candidato, justificadamente:

- a) Qual o conceito de “contribuinte de fato” e “contribuinte de direito”?
- b) O IPTU pode sofrer o fenômeno da repercussão em caso de locação de bem imóvel? Neste caso, o locatário tem legitimidade ativa *ad causam* para pleitear a repetição de indébito alegando inconstitucionalidade da cobrança do referido imposto em determinado exercício?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Tributário - Valor: 50 pontos

O prazo para recolhimento de tributo pode ser alterado por meio de Portaria?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO TRIBUTÁRIO
E DIREITO ELEITORAL**

Data: 09/04/2006

Ponto sorteado: nº 02

DIREITO ELEITORAL

1ª Questão: Direito Eleitoral - Valor: 60 pontos

Em iniciativa amplamente elogiada pela opinião pública, determinado Juiz Eleitoral, com o declarado intento de evitar a ruptura de conflitos, passa a responder, em poucas horas, a todas as consultas apresentadas pelos diretórios nacionais dos partidos políticos sobre a legalidade da propaganda eleitoral realizada.

Ocorre que, em dada situação específica, após provocação do Ministério Público, verifica o Juiz Eleitoral que as circunstâncias fáticas e jurídicas envolvidas justificam a adoção de posição diametralmente oposta àquela adotada em uma das consultas, proferindo decisão nesse último sentido.

Pronuncie-se a respeito.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Eleitoral - Valor: 40 pontos

Após regular apuração, constata-se que determinado candidato a Prefeito havia prometido benefícios fiscais a um cidadão em troca de voto. O Ministério Público ajuíza ação, o candidato tem seu registro cassado e é declarado inelegível por três anos. Esgotadas as vias recursais ordinárias, a decisão transita em julgado. Irresignado, o candidato, antes do decurso de dois anos, ajuíza ação rescisória perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Pronuncie-se a respeito.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO*

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

Data: 26/03/2006

Ponto sorteado: nº 05

DIREITO CIVIL

1ª Questão: Direito Civil - Valor: 60 pontos

André casou-se com Júlia pelo regime da comunhão parcial de bens. Após três anos de casados André passou a manter um relacionamento amoroso com Érica, filha do primeiro casamento de Júlia, que após descobrir tais fatos pediu separação judicial em face de André, com atribuição de culpa, vindo seu pedido a ser julgado procedente.

Após um ano da sentença que decretou a separação judicial, Júlia demandou pedido de conversão em divórcio que foi deferido.

Posteriormente André passou a conviver com Érica, sob o mesmo teto pelo período de quinze anos, advindo dessa união dois filhos, Maria de dezesseis anos e Pedro de dez anos de idade.

Auxiliada por seu namorado Marcos, Maria mata sua mãe Érica.

Posteriormente Júlia veio a falecer.

Manifeste-se, fundamentadamente, sobre os possíveis direitos sucessórios de André, Maria e Pedro.

A RESPOSTA **NÃO** DEVE TER A FORMA DE PARECER.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Civil - Valor: 40 pontos

Qual a diferença entre conjunção verbal, conjunção real e mista. Quais seus efeitos no direito sucessório brasileiro?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
BANCA DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Data: 26/03/2006

Ponto sorteado: nº 05

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 60 pontos

Em determinado Município do interior do Estado do Rio de Janeiro – Município A - localiza-se uma indústria têxtil, chamada Tecido Forte. Após apurações em processo administrativo, foi ajuizada ação civil pública pelo Município A, visando obter ordem judicial para que a indústria deixasse de despejar em um córrego local alguns resíduos de sua produção, sob o argumento de que se tratava de substâncias tóxicas que poderiam prejudicar a saúde dos moradores da região. As águas dos córregos da área eram utilizadas por muitos para a alimentação ou para irrigar plantações. Ademais, suspeitava-se que os animais aquáticos e as matas ciliares poderiam ser afetados.

O pedido foi julgado improcedente, em 1º e 2º graus, na linha preconizada pelo Ministério Público, em vista da prova pericial que indicava que os resíduos despejados no córrego (com as substâncias X, Y e Z) não eram tóxicos a ponto de atingir a saúde humana ou danificar consideravelmente o ecossistema local.

Cinco anos após o trânsito em julgado dessa decisão, foi publicado em revistas científicas especializadas, com algum estardalhaço, que as mencionadas substâncias poderiam acarretar males à saúde das pessoas, de acordo com novas descobertas científicas. De posse dessa informação, funcionários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município A encomendaram novo estudo que detectou a presença das referidas substâncias no córrego utilizado pela Tecido Forte. Iniciaram-se conversações entre o órgão municipal e a indústria têxtil que determinaram em acordo, segundo o qual, esta se comprometeu a construir um tanque impermeável para a armazenagem dos resíduos. O interesse da indústria foi despertado pela possibilidade de implantação de um sistema de reutilização dos resíduos que poderia gerar-lhe alguma economia.

Assim, foi firmado entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental e a Tecido Forte um compromisso de ajustamento de conduta no qual esta se obrigava, *in verbis*: “A construir um tanque impermeável, no prazo de doze meses, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 20.000,00, com as dimensões especificadas acima, para armazenar resíduos líquidos de sua produção, com a finalidade de usá-los, conforme a nova tecnologia de reciclagem de resíduos”. O compromisso, cumprido conforme estipulado, não sofreu a intervenção de terceiros nem foi homologado em juízo. Algum tempo depois, foi noticiado nos periódicos da região que o referido tanque estava com sua capacidade esgotada e, em razão das fortes chuvas que acometiam os Municípios da região, corria o iminente risco de transbordar.

O Promotor de Justiça da comarca do Município A foi procurado por ambientalistas locais, preocupados com o risco de vazamento. Por tal razão, expediu ofícios para o Município A e para a indústria Tecido Forte.

O Município A respondeu, enviando cópia do compromisso e os novos laudos, que deram base ao compromisso de ajustamento de conduta. Afirmou que a indústria estava cumprindo o acordo, que previa apenas a construção do tanque e o uso do sistema de reciclagem, pelo que a municipalidade se dava por satisfeita.

A indústria Tecido Forte alegou, também, que cumpria o acordo, tendo construído o tanque conforme as especificações do compromisso e reutilizado os resíduos no sistema de reciclagem. Informou que o risco de transbordamento é real e decorre das fortes chuvas que acometem a região e do esgotamento da capacidade do tanque, uma vez que o sistema de reciclagem não consome todo o resíduo despejado. Ressaltou que o eventual vazamento ou o retorno dos despejos nos córregos não colocaria o meio ambiente em risco, conforme restou decidido na ação civil pública.

Diante desse quadro, que medida judicial o Promotor da Comarca do Município A deve tomar. Redija a peça processual adequada.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 40 pontos

No curso de ação de desapropriação ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro em face de Caio, Tício entende de intervir como opoente, atribuindo-se, para tanto, a condição de real proprietário do bem imóvel objeto da pretensão expropriatória. Como Promotor de Justiça em exercício no órgão de execução, como seria a sua manifestação?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!